

Editorial

O bom exemplo de acesso a informações

O episódio da cassação do mandato do governador Roberto Requião gerou na imprensa muitos comentários, análises e interpretações. Políticos, legisladores, juristas e outros profissionais foram procurados para dizerem de seus entendimentos diante da questão.

As opiniões divergiram, o que convém a um regime democrático que todos desejam para o país, e uma salutar contribuição a vida brasileira foi dada pelos membros do Tribunal Regional Eleitoral.

Sem entrarmos no mérito da questão se a cassação foi devida ou indevida, o que caberá definição por parte de autoridades credenciadas por direito e conhecimento para julgarem o fato.

O que nos cabe ressaltar foi a maneira totalmente transparente com a qual a imprensa teve acesso ao julgamento da questão e também aos documentos que esclareceram posições das partes envolvidas.

O exemplo dado pelo Tribunal Regional Eleitoral ficará gravado na opinião pública para que quando ocorram questões semelhantes a nível estadual, federal e até mesmo municipal a imprensa possa exercer seu trabalho de informar corretamente a população.

E não apenas o TRE paranaense demonstrou transparência. O Supremo Tribunal Eleitoral de Brasília no caso Roberto Requião, deu nós cabe demonstrações de entendimento do trabalho da imprensa que tem por finalidade levar com clareza informações a população.

Esperamos que o exemplo fique definitivamente incorporado aos hábitos da Justiça Eleitoral em todos os níveis. Acreditamos que aí está mais um caminho para chegarmos a tão esperada redemocratização do país.

O próximo ano será congestionado para as autoridades eleitorais que estarão envolvidas com eleições desde Presidente da República até deputado federal. Mais do nunca será preciso informação correta e imediata para a população sem censuras ou subterfúgios.

Pelos acontecimentos das últimas semanas a nível estadual, estamos no caminho certo com a certeza de que nos municípios paranaenses o espírito democrático é o mesmo.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores e pessoas da comunidade que sempre apoiaram, criticaram e participaram em todos os momentos.

A Câmara de Vereadores da gestão anterior, em especial ao vereador Lindo Dalarosa pelo empenho na doação do terreno.

Ao Dr. Afonso Portugal Guimarães, que propiciou a doação do terreno.

Ao vereador Juarez Buttura, pela doação de materiais para construção da sede.

Ao prefeito Emídio Planaro Júnior que sempre nos recebeu.

PROF. ANTONIO ANGELO Presidente do Sindicato Municipal de Magistério de Campo Largo

AGRADECIMENTO

A Agência Bamerindus de Campo Largo, vem hoje agradecer a todos os clientes e amigos que colaboraram com a Campanha do Agasalho 1993. Graças a união de todos conseguimos uma arrecadação de 3000 kg de roupas que foram distribuídas às creches.

Nós, funcionários, queremos destacar o nome da Transportadora Gobor Ltda. e Ind. e Com. de Móveis Campo Largo Ltda., por doações e ajudas muito significativas.

Obrigado a todos.

Funcionários da Ag. Bamerindus de CAMPO LARGO



ERRATA

Na edição de nº 267, de 16 a 22 de julho, na matéria intitulada "Fogueira de Campo Largo deve ir para o Guinness", publicamos que a animação do baile ficou por conta do Grupo Musical Herdeiros da Tradição, quando, na verdade, ficou por conta do Grupo Musical Amigos da Peonada.

Expediente

Jornal O METROPOLITANO

Rua Xavier da Silva, 1 022 (Centro) - Campo Largo-PR Publicação da Gráfica Editora Campo Largo Ltda. Diretor: Haroldo Wohl Jornalista Responsável: Nádia Schiavinnatto Reg. Prof. 2303/09/55 - SCR Fotojornalismo: Maurício Soares Pinto Departamento comercial: Fone/FAX (041) 292-2576 * Os artigos e opiniões publicadas neste jornal são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião de seus editores. Diagramação, Composição, Arte, Fotolito e Impressão: Editora Helvética Ltda. Rua Almirante Gonçalves, 1 063 Fones: (041) 232-0834 (Fax) - 223-5905 e 225-5600 Curitiba - Paraná

Perfil

ANDRÉ LESNIOSKI

Produtor precisa de política agrícola séria



O produtor rural André Lesnioski, 52 anos, presidente do Sindicato Rural e nascido na Colônia Figueiredo, em Campo Largo. Casado com Maria Belinoski Lesnioski, pai de seis filhos. André acredita que o produtor precisa urgentemente de uma política agrícola definida e que estabeleça preços justos para sua produção. André Lesnioski é nosso entrevistado da semana.

JOM - Como entrou para atividade sindicalista?

AL - Em gestões anteriores participei como suplente da diretoria, a pedido dos associados e com praticamente 80% dos votos foi eleito presidente, apesar de não ser essa minha pretensão devido as inúmeras propagações com a família, lavoura, entre outras coisas.

JOM - Qual é hoje a situação do Sindicato Rural de Campo Largo?

AL - Procuramos dar continuidade ao trabalho da diretoria anterior, quando do então presidente Félix Gogola, que colocou a casa em ordem, principalmente na parte da contabilidade e salário dos funcionários. Hoje, no entanto, apesar de termos cerca de 1200 filiados, apenas 350 têm pago a anuidade, faltando inclusive uma participação mais ativa. Nas reuniões, a participação é maior quando acontecem durante os finais de semana.

Conseguimos nesta gestão comprar alguns equipamentos de escritório como calculadora, máquina de escrever e fax de forma a agilizar os trabalhos.

JOM - Quais são as principais metas da atual diretoria?

AL - A principal meta é colocar o agricultor informado sobre o Mercado, tentar algo para a comercialização de hortifrutigranjeiras, através do Ceasa e Fepar - Federação das Associações de Produtores Rurais e medidas para a atual diretoria?

AL - A principal meta é colocar o agricultor informado sobre o Mercado, tentar algo para a comercialização de hortifrutigranjeiras, através do Ceasa e Fepar - Federação das Associações de Produtores Rurais e medidas para a atual diretoria?

lhorar o nível de vida do homem do campo; garantir ainda uma aposentadoria, informações sobre preços de produtos, conseguir licença para o desmate de suas terras e continuar dando assistência médica ao produtor rural. O sindicato possui hoje um médico, dentista e oftalmologista para dar esta assistência.

JOM - Qual é hoje a situação dos produtores rurais?

AL - É péssima. Os produtos são tem seu preço valorizado quando estão nos supermercados e não na lavoura. Alguns são vendidos com um prazo para pagamento de 20 a 30 dias.

Hoje o produtor rural está na mesma situação do empresário brasileiro, lutando hoje para comer amanhã. Não temos uma política definida para a agricultura nem para o comércio. O agricultor, comparado aos empresários, ainda é mais sofrido, pois além de não ter uma política agrária e financeira, ainda corre o risco com as intempéries.

JOM - Quais são os maiores problemas enfrentados pelo agricultor?

AL - Um sério problema que estamos enfrentando no Município é em relação as estradas, que estão em péssimo estado de conservação e de um modo geral estão intrasfritáveis. A ponte do rio Rincão, por exemplo, caiu há 4 meses e até agora nenhuma providência para o conserto foi tomada, obrigando os produtores e fazer

um desvio, andando mais de 6 km.

Outros problemas são a falta de política mais séria tanto por parte do governo federal quanto do estadual; preços mais justos. Precisamos também de um secretário da agricultura e seja do ramo. Deveria ser um técnico ou um engenheiro agrônomo e não um paraquedista. Por que para a Secretaria de Saúde temos um médico? Será que alimentação não é mais importante ou tem a mesma importância que a Saúde?

JOM - Quais têm sido os incentivos do governo estadual?

AL - O programa Pánela Cheia deve ser muito bem analisado antes da participação. Devemos trabalhar com o preço mínimo do mês e não com o preço médio fornecido pelo Deral. O preço mínimo estaria ajudando o agricultor, sem levantar suspeitas.

JOM - E os incentivos do governo federal?

AL - O produtor não precisa de incentivo do governo federal. Já tivemos muito paternalismo. Precisamos sim de uma política agrícola séria do governo federal.

JOM - E a questão do Mercosul, como vê?

AL - O Mercosul é um fato consumado para nós da região. Não é bom economicamente e sim politicamente. Na Argentina, Paraguai e Uruguai, onde parte da agricultura é subsidiada. O trigo, por exemplo, vem de lá a preços muito baixos e com-

rado aqui. Não queremos subsídios e sim taxação desses produtos da fronteira e o Mercosul vai abolir. Através do sindicato estamos conscientizando o produtor para que ele tenha competência e tecnologia para competir com esses produtos. Temos a maior população, maior espaço físico e vantagens para esses países que estão com paternalismo na própria agricultura e estar concorrendo mais fácil.

JOM - Qual seria o ideal para o produtor?

AL - A definição de uma política agrícola séria, que possibilite preços justos aos produtores agrícolas. Os agricultores devem continuar produzindo o que produzem, ter mercado para seus produtos e que o cerealista pague em dia e não com cheques pré-datados como faz atualmente.

JOM - Qual sua opinião sobre o presidente Itamar Franco?

AL - Itamar Franco pode ser um bom presidente, porém falta a ele o apoio de senadores, deputados e governadores. O nosso maior problema tem sido os aumentos diários nos preços de peças agrícolas, adubos e os constantes aumentos do diesel, o que tem nos dificultado a vida.

JOM - E quanto ao governador Roberto Requião?

AL - Nosso governador iniciou seu mandato muito bem, mas agora tem sido vários problemas com a cassação que aconteceu recentemente.

JOM - E sua opinião sobre o prefeito Emídio Planaro Jr?

AL - Nosso prefeito cumpriu o Município. Até agora não fez nada. Sabemos que muitas vezes a população solicita algo que está fora de seu alcance, mas nem o que está a seu alcance tem feito. Deveria fazer pelo menos o que cabe a ele como responsabilidade de prefeito eleito pelo povo.

JOM - Qual sua opinião sobre o Pacote Agrícola?

AL - Assim como os demais dos últimos tempos, este pacote se preocupa com os produtos como soja, milho, algodão e outras culturas que não têm preço mínimo e estão no dia a dia na mesa do trabalhador brasileiro como a batata, cebola, tomate e outras.



Vatapá

tuções, muito ao contrário da sua finalidade principal, a educação.

Os moradores vizinhos perguntam, quando isto vai acabar? Para podermos dormir tranquilos. O vandalismo toma conta do que foi tão feito.

Quem não tem capacidade não se es-

tablece.

PREOCUPAÇÕES

Terminando o processo legislativo as atenções dos deputados federais e com as alterações da legislação eleitoral. Como precisa ficar pronta até 02 de outubro - um ano antes das eleições - já se pode adivinhar as preocupações da Câmara Federal nos próximos dois meses.

SEM COMÍCIO

Correu forte em Curitiba o boato de que José Carlos Martinez pretendia fazer um comício em Assis Chateaubriand logo após o governador Roberto Requião reassumir o cargo no mesmo município. Martinez foi convencido do contrário por assessores.

MUDANÇAS

Também correm rumores na Capital que o governador Roberto Requião pode fazer algumas depurações no seu governo. Os comentários são de que logo após a cassação do TRE teve gente que já procurou imagens históricas de Requião.

E AGORA?

O apoio dado por Leonel Brizola a Roberto Requião através do governador Alceu Collares do Rio Grande do Sul deixou confuso o PDT paranaense que tem como seu maior exaltado Jaime Lerner. Quem afirma o PDT nacional vai apoiar nas eleições do próximo ano?

DOR DE CABEÇA

Os dirigentes de empresa de energia

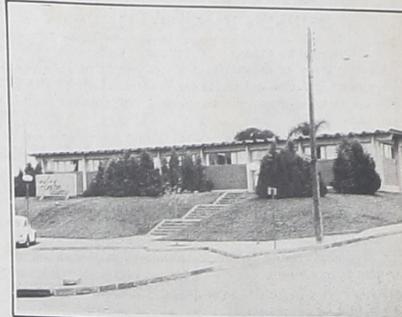
Tarifa da Cotel bate inflação do mês

"Desejo que junto com os altos salários da Cotel, chegue a luz. Não só aquela que falta em tantas localidades e em alguns loteamentos da cidade, mas também a do bom senso e da moralidade que tanto procuramos e desejamos". As palavras são do empresário Ireno Nerone que em março passado protestou através de carta aberta ao prefeito de Campo Largo, Planaro Junior, sua indignação contra o comando da Companhia Campolarguense de Eletricidade.

O aumento autorizado pelo presidente da Cotel, Afonso Portugal Guimarães, mais uma vez provocou protestos da população, que não esperava um aumento nos custos de energia bem acima dos índices da inflação.

A nova elevação tarifária faz com que a população volte a criticar os elevados salários que o presidente da Cotel e seus assessores estão recebendo. E como o próprio Afonso Portugal Guimarães afirmou em sessões da Câmara Municipal de Campo Largo que "nós gostamos de ganhar bem sem sermos indecentes, só um pouco" (registrado pela edição nº 259 de O Metropolitano) não há como a Opinião Pública deixar de ligar elevação da taxa com salários de marajás.

E mais duas questões fica a Cotel vendendo à população: A primeira é qual o benefício que a companhia municipal de energia passou a ter depois que obrigou entidades de assistência social a pagar a tarifa? A segunda é qual o critério para elevação da taxa de iluminação pública? Um consumidor teve a taxa elevada de 39 para 83 cruzeiros sem que a substituição de lâmpadas queimadas seja um serviço de primeira.



Por tudo isto vale a pena lembrar mais um trecho da carta do sr. Nerone: "Se fosse possível, senhor prefeito, lhe daria até um conselho: convoque os diretores de coisa nenhuma da Cotel, todos seus apaniguados, para trabalhar na prefeitura, como secretário e economize o salário pago a estes pela municipalidade".

Processo de impugnação. Novidades a cada dia

O assunto sobre o recurso do PFL/PRN movido para impugnação do mandato de prefeito de Campo Largo, divulgado em O Metropolitano nas edições 266, 267, 268, caiu como uma "BOMBA" no cenário político da cidade. Para provar a veracidade dos fatos relatados, publicamos, abaixo, o teor do acórdão do TRE no Diário da Justiça de 14/7/93.

Recurso Eleitoral nº 1.915 Cl. 28 Campo Largo Recorrendes: PFL e PRN Advogado: DR. ITALO TANAKA JUNIOR Recorridos: E.P.J., D.A.P., L.A.N. e C.A.W. Aferência: DR. NELSON SCHIAVON RACHINSKI e DR. MIRNA APARECIDA PANCRACIO Relator: DR. COSTA BARROS

ACÓRDÃO nº 18.082 - Conheceu e deu provimento. (Publicado no Diário da Justiça de 14/07/93)

Pode-se constatar que a maioria da coligação MOSTRAR está incursa no processo, e em grau de recurso pretendido pelo PFL/PRN e ninguém pode contestar que as iniciais E.P.J. e D.A.P. não são do prefeito e de seu vice em Campo Largo.

Com a publicação da Justiça Eleitoral veio à tona mais dois nomes envolvidos no mesmo processo e pertencentes a chapa proporcional da coligação MOSTRAR, basta observar as iniciais L.A.N. e C.A.W. Verifica-se que são as iniciais de dois candidatos a vereador eleitos e diplomados, assumiram em 1º de janeiro na Casa de Leis.

Na defesa estão os advogados Nelson S. Rachinski e Mirna A. Pangrácio (por sinal, atualmente prestando serviços à Prefeitura) e por parte da Frente de

Esperança está o advogado Italo Tanaka Junior.

Em virtude das publicações de O Metropolitano, a Justiça Eleitoral da Comarca de Campo Largo, notificou em caráter preventivo este semanário em função do processo correr em SEGREDO DE JUSTIÇA, conforme pode-se verificar pelos documentos anexos.

A direção do jornal esclarece que já orientou os jornalistas e repórteres sobre o assunto e tudo aquilo que venha esclarecer a opinião pública será divulgado, mas não entrando no mérito do recurso e daquilo que não é de conhecimento geral. Vários são os comentários nos bastidores políticos de Campo Largo, inclusive que os advogados de defesa estão tratando de respaldar os seus clientes nos Tribunais Superiores.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ JUÍZO ELEITORAL DA 9ª ZONA MANDADO DE NOTIFICAÇÃO - Autos nº 48.371

A DOUTORA ELIZABETH ROQUEIRA CALMON DE PASSOS, JUÍZA SUBSTITUTA EM EXERCÍCIO NA NOVA ZONA ELEITORAL DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, E, CONSIDERANDO, o que consta dos autos nº 48.371 em que figura como Requerente CARLOS AUGUSTO WEBER, e que em seu compromisso se dirige a esta cidade e Comarca, onde encontra posse, o Responsável pelo Jornal "O Metropolitano" na pessoa do Sr. HAROLDO WOHL, à Rua Xavier da Silva, 1022, nesta cidade.

I. CARLOS AUGUSTO WEBER, qualificado ao fls., pede providências a este Juízo, contra a Direção do "O Metropolitano", o qual fez publicar, no dia 09 e 10 de julho, presente, e o fará em próximas edições, informações relativas à Ação de Impugnação de Mandato Eleitoral promovida pelos Partidos da Frente Liberal e da Reconstrução Nacional contra o ora requerente, em fase recursal junto ao E. Tribunal Regional Eleitoral, eis que referida Ação, conforme ditame constitucional insculpido no artigo 14, § 1º, II, da Magna Carta, transita ao segredo de Justiça.

II. Colhido o parecer do Ministério Público, anota a presente do parágrafo que, o segredo de justiça se restringe ao conteúdo da matéria versada no processo, trazendo à colação o registro do ilustre processualista EGBR DIRCEU MOYR DE GIARDINO, in "Comentários ao Código de Processo Civil", vol. II, 7ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 1991, p. 29, o qual distingue entre o sigilo sobre o conteúdo do processo - que a lei impõe - e o segredo quanto à existência do mesmo - de que a lei não cogita.

III. Com efeito, vedada por lei de hierarquia máxima, qualquer informação relativa ao conteúdo da Ação de Impugnação de Mandato Eleitoral, in casu, ora em grau de recurso, eis que, consoante o disposto no art. 14, § 1º, II, da Constituição de 1988, vol. I, Saraiva, São Paulo, 1990, p. 132, "... a Constituição não quer que o detentor de mandato eletivo sofra, no ato de impugnação do referido mandato, os arranhões à reputação que essas ações acarretam, sepre..."

Neste sentido, também, CALDO SILVA COSTA, in "A Interpretação Constitucional e os Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição de 1988", Liber Juris, Rio de Janeiro, 1992, p. 740, para quem "segundo o § 1º, a ação de impugnação de mandato transitará em segredo de justiça, para resguardar a integridade moral do candidato eleito, para o caso em que o autor muito evolua em acusações ou pouco ou nada consiga provar de modo a levar ao rito uma condenação."

IV. A publicação inserida nos autos, às fls. 19 e pp. 01 e 03, limita-se a prestar ao público informações relativas à existência do processo, não, conforme entendimento igualmente, do Órgão do Ministério Público, Eventual prática de crime contra a honra, de outro vórtice, deverá ser objeto de investigação e apreciação judicial, por iniciativa do ofendido.

V. Desse modo, em caráter preventivo, notifique-se a direção do "Jornal O Metropolitano" de

E, aif, proceda a notificação da Direção do Jornal O Metropolitano, de que, todas e quaisquer publicações relativas a ação de impugnação de mandato eleitoral, envolvendo as partes nomeadas na publicação referida, deverão ser limitadas a informar acerca de sua existência e fatos, cobrindo constitucionalmente as informações relativas às questões de fundo debatidas entre as partes naquele processo, sob pena de apreensão dos exemplares, bem assim de responsabilização civil e criminal. Fomeça o Sr. Oficial, cópia da decisão anexa à Direção do Metropolitano.

CÂMARA DE BOMAS DA LEI Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de julho de 1993

Eu, (Raquel Salomé Cecchin) Es

crivô, o subscrevi.

ELIZABETH ROQUEIRA CALMON DE PASSOS JUÍZA ELEITORAL

Autos nº 48.371

Vistos etc.

BOLETIM DA



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Campo Largo, neste ato representada pelo seu presidente, adiante assinado por este e melhor forma de direito, convoca seus associados, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 06 de agosto de 1993, às 19h00, no Restaurante Passetti, nesta cidade, para deliberarem sobre o seguinte

ORDEM DO DIA:

1) Conceder autorização para a Diretoria formalizar a permuta de Bens Imóveis com o Município de Campo Largo, tratada na Lei Municipal nº 1024 de 30/06/93, publicada no jornal Folha de Campo Largo em 02/07/93.

2) Outros assuntos de interesse da entidade.

JANTAR Em comemoração aos 49 anos da Associação Comercial, dia 06 de agosto no restaurante Passetti. Reservas de mesas pelo telefone: 292-3385 até às 12h00.

Vá, opine, reclame, seja um associado presente.

HORÁRIO DO COMÉRCIO PARA AGOSTO O comércio poderá abrir até às 18h00, no dia 07/08 em razão do Dia dos Pais.

Se você quer se associar, ligue para a Associação Comercial (292-3385) e um representante entrará em contato com você.

FRUTAS E VERDURAS



Variedade, qualidade e bom atendimento Neste mês os ingredientes para tornar sua festa junina ainda melhor: pinhão, pipoca, amendoim, vinho, gengibre, etc.

R. Osvaldo Cruz, 1313 - Centro (ao lado da Prefeitura)

- ATACADO E VAREJO - ABERTO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS

PROMOÇÃO

- Gasosa Pett 2 litros (descartável) 55.000,00
Limão Pett 2 litros (descartável) 49.000,00
Brahma extra One-Way cx. / 24 unid. (descartável) 600.000,00
Aguardente 7 Campos (descartável) litro 55.000,00

Promoção válida enquanto durar nossos estoques. Condições de pagamento à vista.

Fone: 292-1591

